

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

Resumo:

Este artigo propõe-se a investigar e analisar a atuação do intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, diante do código de ética que norteia a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS, indagando sua imparcialidade e fidelidade no processo tradutório entre os mundos surdo e ouvinte, quando expostos a situações de conflitos éticos entre eles. Para tanto, foram entrevistados dez profissionais utilizando um questionário semiestruturado, diante do qual constatou-se que a maioria dos intérpretes já infringiram o código de ética da profissão nos quesitos imparcialidade e fidelidade diante de situações que geraria problemas maiores de compreensão e relacionamento se o intérprete tivesse seguido o código à risca.

Palavras-chave: Intérpretes; Ética; Libras.

Introdução

O Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – TILS é o profissional responsável pela mediação entre dois mundos culturalmente diferentes: o mundo surdo e o mundo ouvinte. O trabalho de tradutor teve início em eras antigas desde quando se teve a necessidade de se entender a comunicação entre duas línguas sejam orais ou gestuais.

A atuação do Tils, assim como qualquer outra profissão, é norteada por um código de ética que descrevem princípios como: confiabilidade, neutralidade ou parcialidade, fidelidade, distância profissional, entre outros. A pesquisa deteve-se a investigar esses pontos do código de ética trabalhando

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

com a seguinte problemática: É possível manter a neutralidade e imparcialidade em todos os momentos? O código de ética é mantido á risca em qualquer situação pelo intérprete mesmo quando em conflito cultural e ético entre o surdo e o ouvinte?

Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados dez profissionais intérpretes de Libras por meio de um questionário básico e com perguntas objetivas que perpassavam sobre profissionalização, local de atuação, conhecimento do código de ética e momentos de atuação conflituosa sobre os itens do código de ética.

Diante dos questionamentos, a pesquisa constatou que a maioria dos intérpretes alegam ter infringido o código de ética no que concerne a fidelidade da tradução, quando se depararam com informações vindas do emissor que seriam mal interpretadas e possivelmente geraria um desentendimento muito grande por parte do destinatário, fazendo com que eles, para evitarem problemas para ele intérprete e também para o surdo ou o ouvinte, mudasse a intenção e as palavras no decorrer do discurso.

1. As línguas e a necessidade do profissional Tradutor Intérprete

Um breve histórico

A profissão de Tradutor Intérprete surge a partir do momento em que dois grupos com línguas diferentes não se compreendem, necessitando então de alguém que faça parte dos dois mundos linguísticos para fazer a mediação, a tradução e interpretação para ambas as partes. É alguém dotado de um grande saber cognitivo-linguístico com pleno domínio gramatical e cultural das línguas a serem traduzidas.

Não se sabe, ao certo, quando essa profissão teve início. Podemos imaginar que começou junto com as línguas, se considerarmos a história da

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

Torre de Babel. Na Bíblia sagrada, mais precisamente no capítulo 11 do livro de gênesis, é descrita a história da Torre de Babel e a confusão das línguas. “No mundo todo havia apenas uma língua, um só modo de falar” (Gn 11:1, SIQUEIRA NOVA VERSÃO INTERNACIONAL). Após o dilúvio, os habitantes do mundo pensaram em construir uma torre tão alta que ultrapassaria o mais alto pico e chegaria ao céu. Assim, caso Deus mandasse outro dilúvio, os seres humanos seriam salvos na torre.

Aquela obra parecia um desafio ao Deus do céu e Ele confundiu as línguas para que pudesse atrapalhar o andamento da obra e gerando uma grande confusão, daí a origem do nome *babel* (confusão). Os grupos linguísticos semelhantes migraram para lugares comuns, perpetuando a língua daquele povo. Não se sabe que língua era falada antes, mas agora não se entendiam mais.

Devido à necessidade de comunicação e relações comerciais, algumas pessoas foram aprendendo a língua dos outros grupos e se tornando intérpretes daqueles que não sabiam. Tudo isso era feito de forma amadora e espontânea. Com o desenvolvimento das grandes civilizações, a tradução oral e escrita foi sendo cada vez mais necessária.

Há relatos que um dos primeiros trabalhos em público de um tradutor intérprete tenha sido na Alemanha nazista e o discurso a ser interpretado era do próprio Adolf Hitler. Imagine o que foi para esse intérprete começar sua carreira traduzindo o discurso daquele que entraria para a história como o mentor do holocausto de tantas pessoas inocentes. (MAGALHÃES, 2007)

No Brasil temos relatos da grande necessidade de um tradutor intérprete quando nossos colonizadores portugueses encontraram um povo diferente com uma língua mais diferente ainda. A língua dos índios era bem diversa das línguas neolatinas faladas por toda a Europa. Esta era da ramificação tupi-guarani. Era necessário alguém que pudesse aprender a língua indígena, e esse trabalho de tradução, durante muito tempo foi realizado

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

pelos padres jesuítas. Estes aprenderam a língua dos índios com o intuito de catequizá-los e doutrina-los para a fé cristã. (NAVARRO, 2013, p. 537)

Hoje, o trabalho do Tradutor Intérprete é mundialmente conhecido e reconhecido como necessário, principalmente nos grandes eventos em que representantes de diversos países estão dialogando sobre assuntos de interesses mundiais. A mediação entre falantes de línguas diferentes é necessária tanto nas línguas orais como nas gestuais.

O Tradutor Intérprete de Libras e os Surdos

A profissão de Tradutor Intérprete de LIBRAS surge lado a lado com a luta dos sujeitos surdos. As histórias até se confundem. É quase inevitável falar dessa profissão sem falar daqueles que estão diretamente envolvidos no processo tradutório – as pessoas surdas. (LEITE, 2005, p. 37)

Os surdos passaram por grandes lutas culturais, sociais e linguísticas, ao longo dos séculos. Do momento que eram considerados imbecis, incapazes, deficientes e loucos até o momento de serem chamados “estrangeiros linguísticos”, foram anos de sofrimento e exclusão. Até que homens como Pedro Ponce de Leon e Michel L’Epee conseguiram, aos poucos mudar essa história.

Michel L’Epee viu o surdo não como um ser incapaz, mas como uma pessoa incompreendida, marginalizada por não conseguir se comunicar com os ouvintes. QUADROS (2006), afirma que o Abade percebia que os surdos se comunicavam pelas mãos e dessa maneira eles iriam ser alfabetizados e fazer fluir sua comunicação com o mundo ouvinte, como segue:

No convívio com os surdos, o abade L’Epée percebe que os gestos cumpriam as mesmas funções das línguas faladas e, portanto, permitiam uma comunicação efetiva entre eles. E assim inicia-se o processo de reconhecimento das línguas de sinais. Não apenas em discursos, mas em práticas

metodológicas desenvolvidas por ele. (QUADROS, 2006, p. 23)

Então, surge em Paris a primeira escola para surdos com uma didática totalmente voltada para o surdo utilizando a língua gestual. Dessa forma, surge também, por meio do uso e da prática da comunidade surda parisiense, a língua francesa de sinais.

Nessa escola, os surdos se tornaram pessoas qualificadas linguisticamente e profissionalmente e junto com esse progresso, surge também, meio que a propósito, o profissional intérprete da língua de sinais. Da mesma forma que entre as línguas orais necessitam de mediação de intérpretes como mediadores, entre a língua de sinais e as línguas orais também precisam de intérpretes que liguem o entendimento dos dois mundos. Os primeiros tradutores intérprete foram ouvintes professores, familiares e amigos de surdos que também conheciam e gostavam dessa língua. Estes fizeram as primeiras interpretações amadoras entre surdos e ouvintes, traduzindo de forma espontânea algo que anos depois viria a ser uma atuação profissional.

A educação de surdos no Brasil se deu com a chegada do professor surdo francês Ernest Huet, que veio aqui a convite de Dom Pedro II, afim de que se abrisse uma escola para pessoas surdas. Essa escola criada em 1857 com o nome de Imperial Instituto dos Surdos-mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, tem sido uma das maiores instituições nacionais responsáveis pela difusão da LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. Dessa forma, podemos afirmar que a profissão de intérprete de LIBRAS surge nesse mesmo período junto com a comunidade surda brasileira, visto que a mediação do intérprete entre pessoas ouvintes e surdas existem desde que se tem notícias que há surdos no mundo, conforme Eriksson 1998 apud Leite 2005,

As línguas de sinais no mundo parecem ser tão antigas quanto a existência de pessoas surdas na
Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

face da Terra. É o que se pode inferir pelos relatos da existência das pessoas surdas, através dos registros históricos de civilizações, como a dos Egípcios, Persas, Gregos, Romanos, e, ainda, em registros do Alcorão, Bíblia, etc... (cf. Eriksson, 1998:12-18).

Obviamente, quando a história menciona surdos, não menciona a sua língua como sendo algo reconhecido e aceito, a comunicação de surdos era tida como mímica ou gestos aleatórios e, por essa razão, o trabalho de interpretação estaria também fadado a um entendimento de ser apenas a representação oral dessa mímicas.

Foi no INES, na década de 80 que se tem as primeiras notícias do trabalho do tradutor intérprete da LIBRAS. Leite (2005, p.37), afirma que havia um funcionário que atuava como inspetor de alunos chamado Francisco Esteves que era respeitado por todos como sendo o mediador entre a comunidade surda e ouvinte. Porém não fazia traduções públicas, pois na época, a LIBRAS não era reconhecida e havia ainda forte influência do oralismo. Quando a Constituição de 88 deu margem para a inclusão, a comunidade surda começou a se reunir com o intuito de lutar pelo desenvolvimento linguístico e cultural dos surdos, Ana Regina e Souza Campello e João Carlos Carreira Alves, surdos militantes na causa, eram acompanhados pela intérprete pernambucana Denise Coutinho, sendo esta reconhecida como a primeira intérprete do Rio de Janeiro e provavelmente a do Brasil a fazer trabalhos públicos de interpretação dando uma visão mais acentuada ao trabalho que já era feito, todavia sem reconhecimento.

Sabe-se que a interpretação sempre existiu por meio de familiares de surdos conhecedores de LIBRAS e que faziam a mediação dependendo da ocasião e da necessidade da pessoa surda. Isso se deu também, nas igrejas. A maioria dos intérpretes começaram seu trabalho de interpretar com a primeira missão de evangelizar os surdos. Ouvintes amigos de surdos convidavam-nos para irem à sua igreja e lá faziam o trabalho de interpretação.

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

Esse trabalho ficou na clandestinidade até que o país se dispôs de marcos legais que realmente favorecessem a comunidade surda. Em 2000 é publicada a lei da acessibilidade (lei nº 10.098) falando sobre a necessidade de derrubarmos as barreiras comunicacionais, menciona língua de sinais como sendo o meio eficaz de comunicação com as pessoas surdas como cita a referida lei, capítulo VII, (BRASIL, 2000)

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

No entanto, dois anos depois é que surge a lei que reconhece a LIBRAS como a língua oficial da comunidade surda, lei 10.436 de 24 de abril de 2002. A partir de então, os surdos teriam a sua língua oficializada e a difusão da mesma poderia começar por todo o país. Mas ela ficou “engavetada” por três longos anos até surgir o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que detalha pormenorizadamente o objetivo, a extensão a profundidade da lei 10.436/2002, mostrando a necessidade da difusão de LIBRAS por meio de cursos de formação e extensão; a necessidade da

formação profissional e acadêmica por meio do curso de Letras/ Libras; a obrigatoriedade a disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura; a proposta de ensino bilíngue e a presença imprescindível do profissional intérprete da LIBRAS.

Surge então uma grande expansão no número dos profissionais intérpretes devido à demanda em sala especiais e posteriormente em sala inclusivas. Não só as escolas, mas também programas de TV, palestras públicas, câmaras políticas, igrejas, enfim, qualquer setor ou lugar que puder passar um surdo, aí estará a presença do intérprete. Entretanto, a maioria dos intérpretes não tinham formação certificada para atuarem como intérpretes, apesar da prática e do amplo conhecimento da LIBRAS/Língua portuguesa. Daí vieram as medidas provisórias, como PROLIBRAS (Exame de proficiência em LIBRAS) estabelecido pelo decreto 5.626/2005 como um meio de certificar profissionais intérpretes e instrutores de LIBRAS que já estavam trabalhando todavia, sem certificação. Em 2006, surge o curso superior em Letras/Libras com as modalidades de licenciatura para formação de professores e bacharelado para formação de intérpretes. Os governos municipal, estadual e federal, teriam também ampla liberdade para abrirem formação de instrutores e intérpretes e conhecedores da LIBRAS. E à frente de todos está a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdo), pioneira no Brasil, nos cursos de formação e capacitação na área.

Com esses avanços importantes na comunidade surda e também na profissão do intérprete, o governo brasileiro em 2010 faz a lei nº12.319 de 1 de setembro, reconhecendo assim, a profissão do Tradutor intérprete da LIBRAS, explicando sua atuação e exemplificando os preceitos éticos dessa nova profissão.

2. A atuação do profissional intérprete de Libras

A atuação do intérprete de LIBRAS vai além do gostar e conhecer a língua, requer um grande conhecimento cognitivo-linguístico para o exercício da mesma, como enfatiza Quadros (2003)

Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma língua viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito. QUADROS (.p. 73)

O ato de interpretar parece muito simples, mas é algo extremamente delicado que envolve uma atividade cerebral intensa e ativa para que a mensagem chegue ao receptor de maneira clara e concisa. Robertz (1992 apud Quadros, 2003: 73-4) apresenta seis categorias para analisar o processo de interpretação, as quais serão destacadas a seguir por apresentarem as competências de um profissional tradutor/intérprete:

- 1- Competência linguística – Habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.
- 2- Competência para transferência – Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo.
- 3- Competência metodológica – Habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias.

- 4- Competência na área- Conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.
- 5- Competência bicultural- Conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo.
- 6- Competência técnica – Habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar.

Claro que tudo isso citado acima acontece de maneira rápida e totalmente imperceptível aos olhos dos expectadores. O processo tradutório é totalmente fantástico.

O TILS tem diferentes ambientes de atuação, como escola, igreja, empresa, hospitais, senado e TV, todavia a competência tradutória deve ser a mesma mas com conhecimentos específicos para cada setor. Falaremos da atuação em cada ambiente.

O TILS que atua na escola é chamado de Intérprete Educacional. Ele trabalha diretamente em sala de aula acompanhando alunos ou professores surdos. Quando acompanha alunos, está inserido na sala todas as horas em que estes estão, em todas as disciplinas e com todos os professores. Precisa estar o tempo todo se atualizando nas disciplinas lecionadas, pois geralmente tem formação específica em apenas uma. Sua carga horária é definida de acordo com a necessidade do aluno e, por não termos ainda a profissão de TILS ainda regularizada, mas só reconhecida, este profissional ganha como professor ou como técnico administrativo.

O intérprete que atua em igrejas é chamado de Intérprete Religioso. Esse deve ter um profundo conhecimento bíblico e de sinais relativos à religião para que sua atuação seja bem sucedida. Esse ambiente é considerado por muitos como o berço desse profissional, pois a maioria dos TILS começaram a atuar fazendo trabalhos em missões evangelísticas ou eram amigos de surdos e resolveram levá-los para a igreja.

O intérprete das empresas é chamado de IntérpreteEmpresarial. Seu trabalho é requisitado quando necessita de palestras dentro ou fora da empresa, entrevistar novos funcionários surdos ou ser o elo na comunicação destes dentro da mesma.

Já o intérprete que atua na saúde, nos ambientes de hospitais e clínicas é aquele responsável para fazer a comunicação entre pacientes surdos e os médicos, visto que a maioria desses profissionais não sabem Libras.

Por fim, o intérprete que atua nas câmaras de vereadores, deputados e senado, são aqueles que interpretam as reuniões e decisões políticas que, na maioria das vezes, são transmitidas para TV.

Agora nos deteremos a falar do código de ética desse profissional.

3. O código de ética dos TILS

Ética vem do grego *ethose* está relacionada ao hábito, bons costumes. Foi traduzida para o latim como *mor /mores*, (no plural), dando origem na língua portuguesa à palavra moral. Podemos dizer então, que ética é o conjunto de regras que norteiam a moral e os bons costumes entre as relações sociais humanas.

Foi criada para nortear as relações políticas, na antiga Grécia, pois várias cabeças pensantes e cada uma idealizando à sua maneira, não iria chegar ao um consenso. Está dividida em diferentes ramificações como: ética social, religiosa, política e profissional. Essa última define a atuação e postura de cada profissão.

Analisemos alguns artigos do código de ética dos TILS descrito em Quadros (2007), que são passíveis de discussão nessa pesquisa.

Artigo 1.o São deveres fundamentais do intérprete:

1.o O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

O primeiro artigo expressa que o intérprete deve ser honesto e ter um excelente caráter moral, isso é devido à atuação deste profissional que se depara com determinadas situações que requerem dele prudência, controle emocional e total discrição. Ele interpretará coisas da vida íntima da pessoa surda e deverá ajudar o surdo a separar o profissional em atuação e a pessoapor detrás do intérprete. E isso só consegue quando se porta como dignidade, sem deixar vasar informações que não dizem respeito com sua vida. Ter o respeito e a confiança do surdo é de fundamental importância para a atuação do intérprete.

O segundo e o quarto artigos serão discutidos mais adiante.

4.º O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

Reconhecer o próprio limite de atuação profissional é um requisito fundamental para o trabalho tradutório do intérprete. O artigo 4º esclarece justamente o fato de se o nível a ser interpretada, como um tema que lhe é desconhecido, uma palestra com um nível inacessível a sua formação ou experiência, este deve pedir ajuda a outros profissionais mais experientes que eles ou simplesmente não interpretar. Fazer a interpretação de algo desconhecido pode correr o risco de alterar o resultado final que é o entendimento e compreensão do assunto por parte da pessoa surda.

No artigo 9º diz “que o interprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa”, de fato. No processo tradutório, o TILS estará constantemente envolvido com essas duas

línguas, jogando de um lado para o outro as informações das mensagens. Portanto esse profissional deve estar sempre se atualizando e se aprofundando no conhecimento gramatical e também nas variações linguísticas e neologismo que aparecem a cada dia. Traduzir/interpretar não é uma tarefa fácil. É necessário conhecimento, desenvoltura, criatividade e claro, domínio das línguas envolvidas.

O artigo 3º prescreve o seguinte:

3.o O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade;

Percebe-se que a palavra *fielmente* aparece na redação desse artigo, mostrando que o intérprete deve transcorrer a mensagem usando toda a fidelidade na tradução, mostrando a real intenção do emissor. Tendo sempre em mente que objetivo de seu trabalho e fazer com que o receptor receba e entenda a mensagem em sua própria língua.

Todavia, o interesse geral desse artigo está relacionado com o artigo 2º que diz “O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo”. Diante disso, questiona-se: até que ponto o intérprete é imparcial no processo tradutório? É possível manter essa neutralidade e imparcialidade em todos os momentos? O código de ética é mantido à risca em qualquer situação?

4. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa tem como objetivo investigar e analisar a atuação do profissional intérprete tentando responder o seguinte questionamento: É

possível manter a neutralidade e imparcialidade em todos os momentos? O código de ética é mantido á risca em qualquer situação pelo intérprete mesmo quando em conflito cultural e ético entre o surdo e o ouvinte?

Esta é de caráter exploratório, tendo como procedimentos técnicos, o levantamento de dados. Os sujeitos pesquisados foram 10 intérpretes de língua de sinais que atuam nas estâncias municipais, estaduais e federais, estes, iniciados na profissão e residentes na cidade de Iguatu, região Centro-sul do Ceará..

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário semiestruturado onde os entrevistados puderem discorrer sobre a sua atuação profissional, tempo de atuação, tipos de tradução preferida e sobre conhecimento do código de ética bem como, situações que colocaram em questão, a ética e o processo tradutório. Esse momento teve a duração de dois meses. Os nomes dos intérpretes serão preservados e identificados apenas como T e o numeral que corresponde a sequência da entrevista. No decorrer do texto serão identificados como T1, T2 e assim sucessivamente.

No segundo momento, houve a organização e a tabulação das respostas dos entrevistados separando pelos tópicos descritos nos questionários. Os resultados seguem abaixo.

5. Resultados e Discussão

Analisaremos todas as partes do questionário feito com os intérpretes e discutiremos suas respostas, já apresentando os resultados.

A primeira parte das perguntas direcionadas aos TILS estava relacionada com sua formação acadêmica e profissional, seu conhecimento de LIBRAS e local de atuação, pelo que se constatou que 70% por cento dos pesquisados são graduados e os demais estão estudando os últimos

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

semestres do curso. Os intérpretes em sua quase totalidade tem preferência pelo curso de Letras. Cerca de 50% dos entrevistados fizeram ou estão fazendo esse curso.. Os demais ficaram divididos em 20% Pedagogia, 20% Biologia e 10% História. Setenta por cento dos intérpretes já possuem pós-graduação, sendo 20% mestres e 50% especialistas.

Quando perguntados sobre conhecimento de LIBRAS, avaliaram em 90% dos casos como sendo um excelente profissional e o demais restantes como tendo uma atuação ótima. Estes profissionais disseram, em sua grande maioria que aprenderam LIBRAS no curso básico ofertado em sua cidade. Apenas 10% deles, disseram que aprenderam com o convívio com os surdos e seu principal lugar de atuação é a escola, seguida da igreja. Alguns citaram que também atuam em empresas. Setenta por cento deles possuem o exame de proficiência expedido pelo MEC conhecido como PROLIBRAS. Estes tem uma média de atuação que varia de 4 a 15 anos de profissão.

Esses dados foram coletados para se conhecer o tipo de formação que esses profissionais tem e pudemos constatar que o curso de letras está entre os mais requisitados pelos intérpretes, possibilitando o pensamento de que conhecer bem a língua portuguesa facilita o processo tradutório. Mas isso não é regra, visto que o grupo ficou bem dividido, contando apenas com 50% de letras e os demais 50% entre os cursos de pedagogia, biologia e história. É interessante notarmos que o espaço de atuação profissional dos TILS desta pesquisa foi a escola e todos eles se enquadram como *Intérprete Educacional*, e eles precisam estar em constante estudos para interpretar em todas as disciplinas, já que só há alternância de professores por disciplinas e não de intérpretes. Se você analisar que um intérprete formado em História terá plenas habilidades para atuar na tradução dessa disciplina. Porém, pode ter sérias dificuldades de interpretar as outras. Claro, que estamos filosofando. Como poderíamos ter um intérprete multidisciplinar, se geralmente escolhemos apenas um curso que temos vocação ou habilidades? Daí vem então a

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

hipótese de a maioria fazerem o curso de Letras (geralmente Letras com habilitação em Libras) focando assim no processo tradutório de Libras para Língua Portuguesa, ou seja, de língua para língua, assim como os intérpretes de línguas orais fazem. Mas isso é tema para uma próxima pesquisa.

Na segunda parte do questionário da pesquisa, perguntou-se qual tipo de tradução (simultânea ou consecutiva) faziam e se tinham preferência por alguma delas. Todos eles afirmaram que em seu ambiente de trabalho estão acostumados a fazer a tradução simultânea, ou seja, aquela que se dá de maneira que o locutor e o intérprete estão lado a lado, atuando no momento do discurso, mas que também fazem a consecutiva, quando o intérprete espera o discurso do locutor se encerrar na língua-fonte para traduzi-lo para a língua-alvo. Destes, 70% disseram que preferem a tradução simultânea.

Os riscos que corremos durante o processo tradutório, principalmente quando se traduz na modalidade simultânea, são grandes. O TILS está ao mesmo tempo realizando atividade física e intelectual durante o discurso. Quase que ao mesmo tempo, tendo aí alguns milésimos de diferença de uma para outra, está a voz para os ouvintes e as mãos para os surdos. Convenhamos que as chances de errar são superiores na simultânea do que na consecutiva, quando se pode ouvir calmamente o discurso para depois interpretá-lo. Se estamos falando de conflitos éticos e se o intérprete deve passar a mensagem com toda fidelidade possível, isso é mais provável que aconteça na tradução consecutiva, só que a maioria dos TILS, tanto os desta pesquisa, quanto os demais, de forma geral, fazem a simultânea.

A terceira parte é a resposta da pesquisa propriamente dita que trata sobre a questão da ética e de conflitos vividos pelos intérpretes no ato tradutório envolvendo dois mundos culturalmente diferentes, sendo o intérprete o portal de que liga esses mundos.

Quando perguntados se conheciam o código de ética que norteiam a profissão dos TILS, responderam unanimemente que sim e citaram os Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

princípios de forma resumida como: confiabilidade, fidelidade, sigilo e discrição profissional. Então foram indagados se já tinham passado por alguma situação no processo tradutório que tiveram que atenuar, dissimular, ou até mesmo alterar o discurso para que não ficasse uma situação constrangedora para si ou para a pessoa que estava ouvindo o discurso.

Ao que T1 citou:

Situação familiar, o filho surdo sendo muito grosseiro com a mãe, dizendo palavras muito duras e eu amenizar os termos para não constranger a mãe e, eu próprio, não ficar constrangido.

Observou-se na fala de T1, uma atenuação da mensagem, a intenção, entonação, e até mesmo o sentido original do discurso foram alterado para não haver um constrangimento por parte do destinatário, que geralmente não consegue distinguir o discurso do surdo da voz do intérprete. Geralmente, os familiares dos surdos fazem a seguinte pergunta: “É ele que tá dizendo?” E já aconteceu casos, até na minha própria experiência profissional como TILS, que depois que se foi traduzido aquilo que o surdo realmente disse e o destinatário não ter gostado e ter ido tirar satisfação com o surdo, ele afirmou não ter dito aquilo e culpou o intérprete de ter errado na tradução.

T2 descreve da seguinte maneira: “Comigo diretamente não, mas já presenciei outros casos, que se fossem adiante poderiam comprometer a integridade física do colega intérprete”. Nesse caso, pode ser um conflito de ideias entre os mundos ouvinte e mundo surdo. A maioria das pessoas não conseguem separar a pessoa do profissional intérprete que está totalmente neutro por detrás das mãos no ato da atuação e se o surdo com sua cultura respeitosamente defendida, diz algo que realmente pensa, pois eles são assim, quem pode se dar mal é o intérprete.

Note a situação em que T7 foi colocada:

Sim, muitas vezes. Uma vez, o aluno surdo deixou o lápis cair no chão e uma aluna ouvinte que ia passando no momento fez a gentileza de apanhar.

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

Mas o aluno surdo, em vez de agradecer, começou a dizer que não queria nada com ela, que eles eram só amigos, que ele não queria namorar com ela. A aluna me perguntou o que ele estava dizendo, e por achar absurda a atitude do surdo, achei melhor mudar o discurso. Disse a aluna que ele estava agradecendo a gentileza e coisas similares.

Se observarmos bem, o discurso foi mudado pelo intérprete para manter o coleguismo dentro de sala de aula e também para preservar a imagem do surdo naquela situação. Claro que os surdos dizem que tem o direito de pensar e dizer o que pensam, mas nos deparamos com a situação do mediador que é o intérprete. Quando o ouvinte desconhece a língua e a cultura do surdo, também desconhece o papel do profissional intérprete. Não condeno o T7 por ter tomado essa atitude fora da ética de sua profissão, mas pretende-se mostrar que essas situações são corriqueiras na vida do TILS.

T4 se reporta a uma situação interessante:

Muito complicada essa situação. Com certeza já fui colocada nesse caso, mas não lembro exatamente o que foi. Lembro-me que aconteceu na escola numa conversa da aluna surda com a coordenadora e a diretora da escola; no final da conversa a surda fez uma colocação que deixaria a situação com um ar de rebeldia e eu entendi que poderia prejudicar outros futuramente. Fiz outra colocação que deixou tudo mais amigável e saímos.

Nesse caso, a fidelidade também foi colocada de lado diante de uma situação conflituosa entre os dois mundos em questão. Dizer exatamente o que o surdo estava pensando soaria estranho no mundo ouvinte e traria complicações para ele e para os demais surdos daquela comunidade educacional. O intérprete então decide atenuar o discurso tornando-o mais brando para ambos os lados.

Finalizando o questionário, os TILS foram perguntados se acreditavam que existisse uma ética social maior que devemos seguir para manter o comum acordo entre as pessoas, mesmo que, às vezes, tivéssemos que fugir da ética de sua profissão. Em 90% dos entrevistados disseram que sim, que há situações em que fugir da ética é essencial para, muitas vezes manter a harmonia entre ambas as partes do discurso, como cita T6: *“Sim. Nem sempre a tradução literal é conveniente para as culturas envolvidas. O que é certo para uma cultura pode não ser o certo para a outro ou naquele momento.”* Para ele, a falta de compreensão das culturas envolvidas fazem com que o discurso seja mal interpretado e, geralmente quem acaba sendo realmente mal interpretado é o TILS. Isso também é afirmado por T1 quando diz que *“campo do discurso é movediço, delicado. É preciso muito respeito ao lidar com a palavra destinada ao outro”*.

Um dos TILS colocou a ideia de que a situação social está acima do código de ética da profissão, dizendo. *“Sim. Eu penso que dependendo da situação você pode agir de forma diferente ao que o código de ética apresenta. Eu penso que o mesmo foi criado como um documento norteador e que não precisa ser seguido ao pé da risca, como já disse anteriormente vai depender da situação.”*(T9) Isso também é defendido por outros como segue:

“Sim. A nossa profissão é apenas um traço de nosso papel social. Há valores, leis e convenções sociais maiores do que apenas as que aparecem em nosso código e que devem ser colocadas, muitas vezes, acima de nossa ética profissional.” (T10)

“Sim, acredito. Os surdos são pessoas que levam em si uma forma de falar o que desejam sem medir as consequências das palavras levando-nos muitas vezes a situações constrangedoras pelas colocações. É aí que entramos com estratégias para não cairmos em ciladas da interpretação nem nessa falta de ética do surdo. E aí a estratégia é não ser fiel ao que estar sendo dito.”(T8)

Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ

Analisando a fala de T8, ele menciona ainda o choque cultural entre surdos e ouvintes, algo já citado anteriormente e que se mal entendido pode causar complicações para o mediador e bicultural ser que liga esses mundos – o intérprete.

Dos entrevistados apenas um intérprete respondeu que não. Não há essa ética social maior que norteia a sociedade e que, muitas vezes está acima do código de ética da profissão. Vejamos como se expressa:

“Não, eu acredito que o Tils tem que ser fiel ao momento, a situação, ele não pode comprometer o momento em que ele vive, nem prejudicar aos surdos (clientes) e nem ser prejudicado, há uma linha tênue, que o Tils precisa andar sobre. Cada momento é único, e dirá como seguir, por isso o Tils tem que decidir rápido não agir só pelo agora, deve pensar também no futuro, nas consequências que tal ação trará.” (T2)

T2 afirma que não importa o que aconteça, o TILS precisa ser fiel ao ato da interpretação. Mas deixa, meio que em dúvida suas últimas palavras quando diz: *“o Tils tem que decidir rápido não agir só pelo agora, deve pensar também no futuro, nas consequências que tal ação trará”*, parece se reportar ao que os demais intérpretes mencionaram, sobre uma escolha rápida de traduzir ou não traduzir o que o ouvinte/surdo disse naquele momento para não causar situação constrangedora e consequências ruins para ambos os lados.

6. Considerações Finais

Com os resultados obtidos, percebeu-se que realmente os TILS (Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais) sofrem conflitos éticos em sua atuação profissional diante do contexto de culturas diferentes em choque como a surda e a ouvinte.

Na cultura ouvinte, temos alguns preceitos éticos de convívio social que nos norteiam quanto ao que podemos dizer ou fazer certas coisas, correndo o risco de desrespeitar ou ofender outro. Todavia, na cultura surda, os sujeitos surdos são espontâneos e gostam de dizer o que pensam, não importando o momento, o local e a pessoa. E no meio, bem no meio dessas culturas, há um pessoa que participa das duas culturas – o Intérprete. Ele sabe o “estrago” que vai causar se uma informação é passada tal como é dita na língua fonte para a língua alvo.

Isso justifica a postura de 90% dos entrevistados que, apesar de conhecerem bem o código de ética dos TILS, afirmaram que já o quebrou diante de uma situação conflituosa como as citadas acima.

Os TILS, antes de serem profissionais são seres sociais que prezam pelo bom convívio entre as partes e como sua atuação ainda é algo novo para a sociedade, pode ser questionada a tradução tal qual o surdo de manifestou. Claro, isso em determinados casos e situações. Portanto, justifica-se nesses conflitos éticos, o intérprete optar pelo que acha melhor.

7. Referências Bibliográficas

- BÍBLIA SAGRADA. A BÍBLIA DA MULHER QUE ORA, Nova Versão Internacional. São Paulo: editora Vida, 2000.
- LEITE, E. M. C. Os papéis do Intérprete de LIBRAS em Sala de aula Inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.
- MAGALHÃES JUNIOR, E. Sua majestade, o intérprete: O fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NAVARRO, E. A. Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo. Global, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2003.

QUADROS, R. M. de. O tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il.

Sites de pesquisa:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm acessado em 30/07/2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm acesso: 31/07/2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

acesso em 05/08/2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm

acesso em 20/08/2015.

Identificação da Autora

RAQUECE MOTA HONÓRIO CRUZ



Professora e Intérprete de Libras do IFCE – campus Cedro;
Especialista em Libras
Especialista em Educação Inclusiva;
Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
Pesquisadora na área de surdez, aquisição da linguagem, formação de intérpretes;
Atua como professora de Língua Portuguesa e Libras em cursos de formação básica e técnica.;
E-mail: raquece.cruz@ifce.edu.br
Kece98@hotmail.com